

# QUANDO ACONTECE A UNIVERSIDADE

A necessidade súbita dos tempos que estamos a viver não nos deve fazer tomar por novas as ameaças que já conhecíamos à Universidade e nem aceitar que se imponham, sem resistência crítica, a título de um “novo normal”. A única novidade é a aceleração, sob pretexto de um perigo, do que já era conhecido. A concepção de Universidade que acompanhou a história da Europa ao longo de um milénio quase inteiro tem vindo a deteriorar-se. Há alguns anos, celebrando os 25 anos sobre a Magna Charta Universitatum (subscrita pela grande maioria das universidades portuguesas), o grande ensaísta e escritor Umberto Eco fazia um discurso particularmente incisivo a este respeito. Pontuava duas ameaças que pairavam não tanto sobre a Universidade, mas sobre o seu papel, o mais importante afinal, se não encarrilarmos na atitude narcísica. Uma Universidade sem encontro e uma Universidade sem papel unificador na organização do conhecimento. A estas, acrescentaremos uma terceira: uma Universidade industrializada.

Primeiro, Umberto Eco via na Universidade um reduto de resistência à tendência crescente para, na sociedade hiper-mediaticizada, cada vez menos comparecermos uns junto dos outros. Di-lo assim: *«[a universidade] ainda é fundamental, sobretudo em um mundo que se torna sempre mais virtual: as universidades estão entre os poucos lugares em que as pessoas ainda se encontram face a face, em que jovens e estudiosos podem compreender quanto o progresso do saber necessita de identidades humanas reais, e não virtuais.»*<sup>1</sup>

É precisamente esse lugar cada vez mais raro de encontro face a face que se vê agora subitamente ameaçado pelo risco do contágio e quando não o risco, o medo do contágio, a ideia que vai ganhando consenso de que o novo normal de todos os dias será doravante

a distância física. Os lugares do encontro, os grandes pátios e esplanadas, as livrarias, ou simplesmente os corredores míticos das grandes universidades, o *infinite corridor* do MIT, os corredores longuíssimos da Universidade Livre de Berlim, ou da Universidade do Estado de São Petersburgo, esvaziam-se. Perde-se a Universidade como reduto de encontro presencial, mas assim, é a própria Universidade que se perde, pois, antes de tudo o mais, ela define-se precisamente pelo acontecimento do encontro de ciências e do encontro de pessoas a propósito do que conhecem e do que querem conhecer. Na sua etimologia, Universidade significa um movimento de unificação de uma diversidade, verter vários em um, trazer os que estavam dispersos a um lugar. Como na palavra universo. Se queremos perceber o que é a Universidade, talvez devamos aplicar-lhe a fórmula do filósofo Nelson Goodman a propósito da arte, que diz que a questão certa não é “O que é arte?”, e sim “Quando é arte?”. Também mais acertado do que perguntar “O que é a Universidade?” será perguntar “Quando acontece Universidade?”

Uma Universidade sem encontro é uma Universidade que não se encontra a si mesma. Mas por que importa tanto o encontro? Porque nele joga-se o surgimento do novo. A descoberta do conhecimento, o fascínio da sua criação e de nela participar, a descoberta de caminhos, e o cruzamento com outros caminhos, uns a começar, outros em andamento, outros a passar testemunho. E ainda tudo o que extravasa a Universidade mas lhe diz respeito no mundo social. O espaço comum de encontro da Universidade é seguramente uma das raízes da esfera pública e, uma vez mais, um dos seus redutos mais resilientes. Por isso, dão-se tão mal os autoritarismos com a Universidade. Quantos de nós não nos tornámos cidadãos exigentes



**ANDRÉ BARATA\***

DIRECTOR DO  
DOUTORAMENTO  
EM FILOSOFIA,  
FAL/UBI

COORDENADOR DO  
PRAXIS - CENTRO DE  
FILOSOFIA, POLÍTICA  
E CULTURA, FAL/UBI



\*O autor do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico

1  
([https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/656188/mod\\_folder/content/0/Extras/Por%20que%20as%20universidades.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/656188/mod_folder/content/0/Extras/Por%20que%20as%20universidades.pdf?forcedownload=1))



nas actividades associativas da Universidade, aliás não raro com prejuízo das aulas a que deixámos de assistir?

Esta representação da Universidade está ameaçada. Em vez de lugar de acontecimento, a Universidade tem vindo a converter-se em lugar de produção. Em vez de lugar onde se anseia por gritar “Eurekas!” como Arquimedes a correr nu de uns banhos públicos, a preocupação é por subir em métricas de produtividade burocraticamente registada em CV que migraram para folhas de cálculo. Em vez de lugar de encontro de académicos e *scholars*, com a sua dose de acaso, é cada vez mais um local de relações laborais funcionalizadas em que nada é deixado à fortuna. A Universidade vai deixando de ser acontecimento e lugar de acontecimento para passar a ser dispositivo fabril, que se pode deslocalizar, até dispersar na forma de rede, sem que ninguém saia de casa, para maior eficiência da produção.

Thomas Kuhn falava da ciência normal como aquele período em que a actividade científica decorre no quadro de um paradigma bem estabelecido e, por isso, sem desafiar os seus pressupostos mais bem assentes, se dedica à resolução de quebra-cabeças (*puzzle solving*), pontas soltas, pequenos ganhos no rendilhado do conhecimento e das suas possibilidades de aplicação. Com a deriva produtivista e contabilística da Universidade, talvez faça sentido dizer-se que vivemos um tempo de Ciência hiper-normal. Não é só não haver nenhum paradigma emergente a desafiar

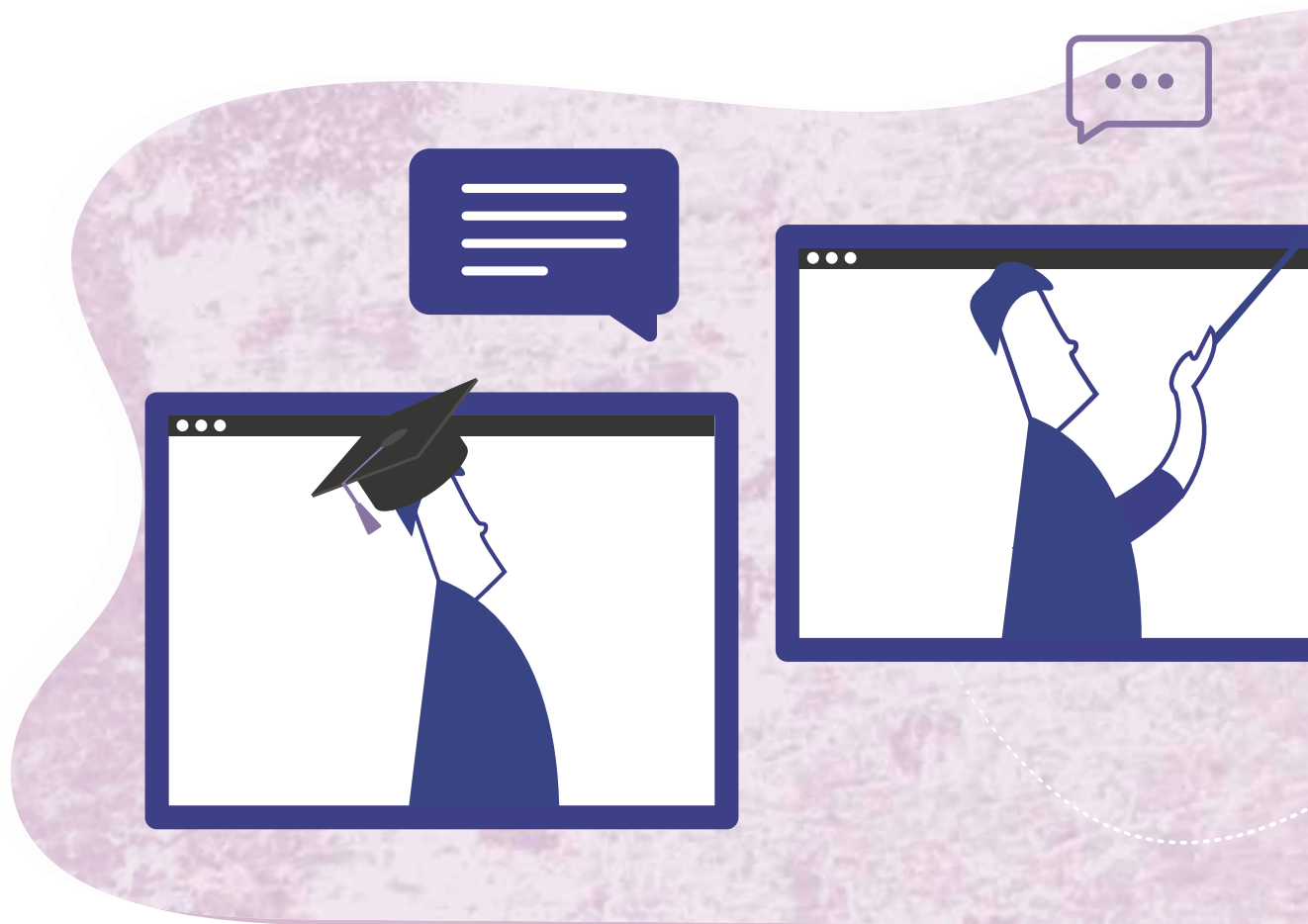
o paradigma dominante. É o próprio investimento simbólico na Universidade como vontade de conhecimento estar a ser profundamente oprimido pela lógica eficiente da produção e do seu registo obsessivo. A um ponto tal que, paradoxalmente, se torna mais im-

“Eurekas!”

portante a produção do registo do que o registo da produção.

E quanto mais gestores privados a respeito de universidades privadas e gestores públicos a respeito de universidades públicas situarem as universidades no grande campo da eficiência produtiva, mais elas ficarão reféns desta condição de Ciência hiper-normal.

Não é por coincidência que a maior preocupação que a pós-pandemia traz à sociedade em geral é um novo normal que já conhecíamos, mas reiterado até ao limite das capacidades de cada um. O mesmo normal, nada novo, apenas com a novidade da sua intensificação: um hiper-normal. A contar com o medo, a ansiedade e a impaciência que são consequência de uma temporalidade social acelerada e ▶



que a urgência da necessidade impele a acelerar ainda mais. O confinamento num espaço e num tempo, cada vez mais exigentes, circula com um confinamento no medo.

Se este novo normal for apenas esta ordem híper-normal, em que as ameaças anteriores à pandemia persistem e se empertigam, então ainda mais sentido faz o apelo de Umberto Eco: ter na Universidade o lugar do face a face, reduto último, garantia de espaço comum de encontro, de opinião baseada em conhecimento, de autoridade que não cai por mão do autoritarismo, de prevalência da verdade sobre as considerações de utilidade e do real sobre o sistémico. Pode parecer que estar na primeira linha da Universidade digital, a funcionar sem pestanejar na próxima pandemia, é estar mais pronto para o futuro, mais capaz de agarrar as oportunidades, de ficar melhor nas métricas, nos *rankings*, em suma, de sobreviver melhor. Mas, na realidade e não obstante todos os sucessos, essa será também a mais óbvia desistência de uma ideia de Universidade que fez parte do melhor da

história humana no último milénio, sem que se profile no horizonte um substituto à altura. Justifica-se o pessimismo.

O maior inimigo do autoritarismo é precisamente a autoridade fundada exclusivamente no trabalho da evidência e do argumento, o que se reflecte de forma muito particular na difícil inscrição de uma Universidade não funcionalizada na sociedade contemporânea. Em particular, é difícil não interpretar o esforço de anulação da autoridade científica, tomada como arrogante se não aceita igualizar-se a todas as outras opiniões, sobretudo no domínio dos *social media* digitais, como uma auto-legitimação autoritária do autoritarismo.

O conflito insanável entre autoritarismo e autoridade científica é, aliás, apenas uma expressão do conflito mais amplo entre igualismo e igualdade, definido aquele como um ressentimento dirigido à igualdade. A opinião qualificada pela demonstração, dentro dos limites da sua possibilidade, é só mais um dos seus alvos. Mas podem ser,



noutros campos, quaisquer vantagens que se detectem socialmente. Igualizar por baixo, como faz o igualismo, acaba, sobretudo, por destruir o que a igualdade construiu, sem grande compreensão pelos seus motivos. Esta é, em grande medida, a lógica do populismo.

É fácil acicatar a zanga social e explorar-lhe resultados quando a sociedade é submetida a um regime de sobrevivência, de acção acelerada, sem tempo para pensar, só reagir, à beira de *burnout*, como já notava o filósofo coreano-alemão Byung-Chul Han em *A Sociedade do Cansaço*, um ensaio de 2010. Mais fácil é quando todos esses limites foram testados num confinamento que muito mais do que espacial, por conta de uma pandemia, se configurou como temporal e se propõe prosseguir na forma de confinamento pelo medo.

Voltamos a Umberto Eco que, neste mesmo discurso sobre a Universidade referia uma fragmentação do conhecimento, obscurecendo a diferença entre o que é Conhecimento e o que só parece ser Conhecimento, ou nem isso. Ele falava da necessidade de

distinguir entre as enciclopédias da astrologia, do *new age*, por exemplo, e uma enciclopédia unificada do conhecimento. Se hoje nos debatemos com pós-verdade, *fake news*, terraplanistas e toda uma variedade de para-ciências que reivindicam o estatuto de Conhecimento, certamente parte do problema liga-se à ascensão das redes sociais, mas parte crucial tem que ver com esta perda de centralidade da Universidade enquanto lugar de debate argumentado, sem que nenhum outro lugar se mostre capaz de prosseguir a tarefa racional crítica.

Mas nenhuma Universidade conseguirá estar plenamente à altura dos seus papéis se cada vez mais os seus protagonistas sobreviverem apenas, na corda bamba de um projecto a aprovar, de uma bolsa a ganhar, de uma renovação de contrato a tempo parcial. E esta é a terceira dimensão de um normal nada novo que ameaça intensificar-se. Simplesmente, com a diferença, que importa sublinhar, de que neste caso a Universidade, longe de ser resistência, tem sido vanguarda. ▶



É por demais conhecida a crítica ao modelo de actividade económica que se instalou na nossa sociedade, baseado na promoção do trabalho sem protecção social nem garantias. Em vez do velho contrato de trabalho para a vida, cada vez mais o projecto mobilizador; em vez da condição de trabalhador que trabalha por um salário, cada vez mais o estatuto, apresentado como privilégio, de colaborador de projecto muito exclusivo; em vez das condições de trabalho propícias à actividade em causa, cada vez mais o pressuposto da automotivação e da responsabilidade de cada um pelas próprias condições da sua actividade. É sabido que há nisto uma agenda, vulgarmente designada neoliberal, que apela à fragilização dos vínculos laborais a ponto da sua dissolução. A precariedade é disso consequência, mas também uma transferência para o trabalhador de toda a responsabilidade pela sua condição laboral e que, nesse sentido, vai deixando de ser reconhecido e tratado como trabalhador. A introjecção da responsabilidade pelo sucesso laboral de cada um é, obviamente, acompanhada pela desresponsabilização do empregador. O insucesso passa a ser, no essencial, determinado pela falta de qualidades pessoais, não sendo, por isso, da responsabilidade de mais ninguém a não ser de formas muito secundárias e pouco passíveis de relevância.

Este quadro é bem reconhecido quando nos reportamos à inscrição da vida económica na sociedade, mas não é um fenómeno tão bem reconhecido nas universidades. Identificam-se há muito formas gravíssimas de precariedade nas universidades e nos institutos e escolas politécnicas: falta de oportunidades de acesso à carreira, escassez de concursos, uma organização de mapas de distribuição de serviço docente que mais lembra uma sociedade de castas. Não raro, pode acontecer colegas com a mesma habilitação,

só que na condição de falsos professores convidados contratados a tempo parcial, darem o mesmo número de aulas no Ensino Superior público durante uma década inteira, pagos com um salário duas ou três vezes inferior. E sem direitos adquiridos, pois podendo ser contratados por apenas 11 meses não chegam a completar um ano, condenados, com as férias pelo meio, cada ano a um novo contrato e não a uma renovação. Como um mito de Sísifo profissional, ano após ano, colegas rolam uma pedra de serviço lectivo montanha acima para, ao fim de um ano menos um mês, a verem rolar montanha abaixo em julho. Depois, em setembro, é pegar ou largar: tudo por uns 770 euros limpos, a 11 meses.

***“Com um regime jurídico de funcionamento desenhado com esse propósito – o RJIES – as universidades e os politécnicos tornaram-se a ponta da lança de uma ideologia.”***

Parte do problema nas universidades é o conformismo nas lideranças, com responsabilidade colectiva de um CRUP que faz do esforço de concertação de posições, fundamentalmente, uma via para se desresponsabilizarem reciprocamente as diversas universidades que, no quadro da sua autonomia, teriam de decidir por si. Naturalmente, há outras responsabilidades, em particular

a enorme desproporção entre as políticas de formação científica e as de emprego científico, que deveriam verter para um tecido económico desejavelmente cada vez mais assente no conhecimento. Mas fica a impressão de que, muito paradoxalmente, o que há a registar é o sucesso enorme de uma política que não deveríamos querer nas universidades e no Ensino Superior em geral. Com um regime jurídico de funcionamento desenhado com esse propósito – o RJIES – as universidades e os politécnicos tornaram-se a ponta da lança de uma ideologia. Há exemplo mais acabado do empreendedor em estado puro de disponibilidade por sua conta e risco do que o bolsheiro de investigação em busca de uma oportunidade de financiamento para um projecto, sabendo, de antemão, que está a sujeitar-se a



editais de financiamento de investigação com taxas de aprovação que não alcançam os dois dígitos de percentagem? E, ao mesmo tempo, ter a percepção de que concorrer é tão mandatário como se fosse a natureza a querer reproduzir-se. Não é ciência natural nem humana, mas ciência em regime de sobrevivência natural. Já se fazia tudo isto de outra maneira não fosse o fetiche de que sobreviver é que é bom e dá rendimento.

Aproximando-se um ciclo eleitoral que levará a novas lideranças nas universidades públicas portuguesas, era tempo de os seus reitores dizerem que não contratam nem mais um falso professor convidado. Por mais que as dificuldades financeiras induzam a isso. Não há razão nenhuma que justifique esta convivência com uma universidade de castas, e de sobrevivência, que se foi instalando no Ensino Superior público.

Mas, há um ponto de convergência de todas as bandeiras por uma Universidade e um Ensino Superior que não se resigna e capitula: a urgência da revisão do seu regime jurídico. Em primeiro lugar, porque foi o RJIES que abriu porta à eternização da injustiça gritante dos falsos professores convidados e à perda de força democrática da gestão da Universidade. Antes dele, estes colegas teriam ingressado nas carreiras, aliás como muitos colegas que estão na carreira, incluindo o autor deste texto. Assim o permitia a Lei e nenhum circunstancialismo orçamental barrava este direito. Em segundo lugar, a célebre autonomia reforçada não significou mais afirmação pública da Universidade e do seu papel, significou mais empresarialização. A missão continua lá, mas enquadrada pela ordem da gestão empresarial e nutrida pelo ideário da oportunidade, da procura de financiamento, dos projectos e

dos colaboradores, designação que por vezes nos chega na correspondência oficial. Terceiro, foi o RJIES que proporcionou candidaturas externas a Reitor/a, a sua eleição indirecta por um colégio de grandes eleitores chamado Conselho Geral, parcialmente composto por membros externos co-optados e, portanto, não eleitos, enfim, diluindo significativamente o grau de democracia nas universidades. Uma Universidade mais aberta é uma coisa boa, mas não à custa de retirar capacidade democrática a todos os que dela fazem parte. A própria ideia de regime pressupõe uma normalização que ameaça o fundo irregimentável do pensamento. Substituir o espaço de argumentação pública, clara e inteligente, pela mera cadeia dos interesses internos de uma organização e da sua administração, não é o caminho que faz falta à universidade e à comunidade que serve.

Depois de 13 anos de exercício, o que o RJIES deixa como legado é uma percepção de que não serviu para tornar a universidade mais diferenciadamente Universidade. Por outras palavras, tornou-a mais organização e menos encontro de saberes e cidadãos como grande aposta estratégica para um desenvolvimento, também do território em redor, baseado no Conhecimento, na democracia e no que é comum a um e a outra, o espaço-tempo comum de argumentação.

Se o novo normal é uma força de normalização no sentido de uma conformação da Universidade a ser menos universidade, organização produtiva de Ciência híper-normal, pois bem compete-nos defender uma ideia de Universidade aquém do normal. Que ainda possa acontecer e fazer acontecer e não ser simplesmente um regime de normalidade. •